



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
 ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

ATA DA XXVI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

Às 13h30min do dia 27 de agosto de 2013 deu-se início a XXVI Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios, na Sede Administrativa da ESEC, situada na BR 101, km 531,5, Mambucaba/Paraty. Compareceram à reunião os conselheiros: Eduardo Godoy A. de Souza (**APA Cairuçu/ICMBio**); Carlos Alberto Pompei (**ATSCV**); Cristina Vieira e Maurício do C. Oliveira (**TRANSPETRO**); Júlio Avelar (**SUPBIG/INEA**); Vinicius Ramos (**APAdetamoios/INEA**); Fausto Silvestri (**FIPERJ**); José Carlos Pedrosa e Aldo Menezes (**APEPAD**); Luiz Joaquim de Faria (**Delegacia Capitania dos Portos de Angra dos Reis**); Flávia Esteves (**Eletronuclear**), Stainer Peixoto Braga (**IACV**), Nadine Castro Paixão (**PMAR/SMA**), José Augusto Morelli (**PMAR/SPA**), João Batista de Bulhões Lara (**Colônia Z18/Paraty**), Marcos Bastos (**UERJ**), José Alberto Pais (**Secret. Pesca e Aquic. de Paraty**), Kazuo Tomaka (**AMBIG**), Almir dos Remédios (**AMPIA**), Nilton de Oliveira (**AMOT**) e Régis Pinto de Lima (ESEC Tamoios/ICMBio).

As demais instituições conselheiras não justificaram a ausência

Também estavam presentes os convidados: Rodrigo Rodrigues de Freitas (**Doutorando UNICAMP**), Rivaldo de Bulhões Lara (**Pescador**), Adriana Nascimento Gomes, Sylvia de Souza Chada e Graziela Barros (Analistas Ambientais ESEC Tamoios/ICMBio).

Justificaram ausência: Professor Dr. Joel C. Creed (UERJ); SubCoordenador Roberto C. Villaça (UFF); Francisco Livino (Chefe do PARNA Bocaina) e Prof^a. Dr^a. Maria Tereza Széchy (UFRJ).

O chefe da ESEC Tamoios e Presidente do Conselho, Régis Lima, iniciou a reunião dando boas vindas a todos os presentes. Em seguida solicitou aos Conselheiros presentes na última reunião que se tivessem algo a alterar na ATA, o fizessem naquele momento, sendo considerada aprovada uma vez que também já havia tramitado eletronicamente, sem sugestões e/ou alterações. Lembrou que as ATAs e demais documentos do Conselho estarão sendo disponibilizados no site da ESEC Tamoios assim que concluída a digitalização.

O Presidente propôs, em seguida, aprovação da Agenda com os seguintes temas, com algumas inclusões de importância, fora aqueles já constando no Convite da XXVI reunião do Conselho:

Informes Importantes

- 13:30– Abertura e apresentação dos presentes
- 14:00– Informes Importantes

* *Destinação dos Recursos de Compensação Ambiental pela Câmara Federal de Compensação Ambiental:*

- Usina Nuclear Angra 3;
 - Petróleo & Gás (Campo de Mexilhão)
- Chefe da ESEC Tamoios

* **Autorização para Licenciamento Ambiental (ALA ICMBio N° 06/13) para a CNAAA -**
 Chefe da ESEC Tamoios

* **Histórico e situação atual do projeto de Sinalização Insular da ESEC Tamoios**
 AA Adriana Gomes/ESEC Tamoios



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

*** Atuação da ESEC Tamoios na fiscalização marinha utilizando do PREPS para monitoramento de sua área**

AA Adriana Gomes/ESEC Tamoios e AA Graziela Barros;

*** Processo Termo de Compromisso Pesca Tradicional Tarituba/Paraty: Histórico e Situação atual**

AA Sylvia Chada/ESEC Tamoios;

*** Outros**

- **15:00 – Palestra:**
“Panorâma da Maricultura na Costa Verde – Histórico e Perspectivas”
Kasuo Tomaka - Presidente AMBIG
- **17:00 - Encerramento**

Tendo sido aprovada a Agenda, o Presidente solicitou se haveria alguma sugestão de Item na Agenda, sendo que o representante da Delegacia dos Portos propôs um espaço para apresentação sobre o Exercício de Emergência quanto às usinas nucleares e que será em setembro próximo.

O Chefe da ESEC Tamoios iniciou o primeiro Informe, cujas informações foram levantadas junto a Coordenação de Compensação Ambiental/COCAM/ICMBio e no site do IBAMA – Licenciamento Ambiental – Compensação Ambiental, onde encontra-se as ATAS da Câmara Federal de Compensação Ambiental. Ressaltou a importância do tema, tanto pela dificuldade atual de recursos para implantação da Unidade e seu Plano de Manejo, como pelo histórico de discussão relacionada ao licenciamento da usina nuclear Angra 3. Lembrou da discussão e debates neste Conselho, desde a Licença Prévia (IBAMA LP 279/08), cuja Condicionante específica previa a manutenção e custeio da ESEC Tamoios e Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) pelo empreendimento, passando pela Licença de Instalação (2009) e agora com destinação dos recursos de compensação ambiental. Foi apresentada uma Tabela (**Anexo I**), com fonte (empreendimento), valores, Atividade e situação atual dos recursos destinados ou elencados para ESEC Tamoios. Também foi explicado ao Conselho que a Unidade não participa destas discussões e não tem elementos para justificar por que existem mais recursos em Regularização Fundiária do que para Implantação. Quando solicitado para os valores da usina Nuclear 3, o Chefe da ESEC não soube precisar o valor total já destinado mas falou em termos de 30 milhões para as UCs do ICMBio, sendo 23 milhões para regularização fundiária do PNSB. Neste momento, os representantes da UERJ, do INEA, da Subsecretaria de Pesca de Angra dos Reis e da ATSCV solicitaram explicações de como foi feita esta destinação pela Câmara Federal, uma vez que como apresentado diversas vezes no Conselho, a Unidade mais afetada pelo empreendimento é a ESEC Tamoios. O representante da APA Caiuru informou da destinação de cerca de 900 mil reais para Unidade em Paraty, como o representante da APA de Tamoios falou em termos de três milhões de reais para esta Unidade estadual, ainda não oficiado. Discutiu-se ainda que os recursos destinados ao PNSB sejam para Regularização Fundiária e que deverá ser de grande dificuldade de execução administrativa e financeira pela empresa que deverá arcar com estes valores. A representante da empresa não se manifestou quanto a esta discussão. Neste momento, foram ouvidas sugestões de encaminhamentos ao ICMBio, tanto de repúdio como de esclarecimentos, quando o representante da UERJ sugeriu uma Moção de Esclarecimentos e que irá redigir uma minuta e circular durante a semana



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

para todos opinarem. O Presidente solicitou se todos estavam de acordo como proposto, sem nenhuma resposta negativa, sugeriu o novo Informe da Agenda.

O Chefe da ESEC Tamoios iniciou o segundo Informe, apresentando em tela (**Anexo II**) a própria ALA No. 06/13 emitida pelo ICMBio ao IBAMA/DILIC, Licenciador do empreendimento CNAAA. Esclareceu que este documento primeiramente representa manifestação institucional do ICMBio quanto ao empreendimento da CNAAA como um todo. Lembrou que a equipe da ESEC Tamoios elaborou três Informações Técnicas que subsidiaram discussões em nível de Coordenação Geral de Impactos Ambientais (COIMP/DIBIO). Baseando-se em documentos das UCs (ESEC Tamoios e PNSB) e TAMAR, o ICMBio propõe então nesta ALA, Condicionantes que tratam de um Programa de Monitoramento de tartarugas marinhas, bem como da elaboração de um novo Programa de Monitoração das usinas nucleares, sendo o Termo de Referência (TR) elaborado pela ESEC Tamoios após Seminário Técnico-Científico com especialistas. O representante da UERJ questionou como seria este Seminário e que seria importante envolver a Câmara Temática de Pesquisa do Conselho da Unidade, que em 2011 reuniu-se para discutir o monitoramento na BIG com importantes contribuições das empresas em termos de monitoramento na BIG. O representante da APEPAD perguntou se a empresa pagaria todas estas Condicionantes e se haveria ainda outras como aquelas de manutenção da BR 101 entre outras. O Chefe da ESEC explicou que o ICMBio elaborou esta ALA com foco em Condicionantes finalísticas, ou seja, nos impactos ambientais oriundos do funcionamento do empreendimentos. Aproveitou para frisar da Condicionante que estabelece o fomento da empresa em projetos de maricultura e pesca sustentável nas comunidades de Tarituba/Paraty e Mambucaba/AR, uma vez que a palestra desta reunião teria como tema a maricultura. Houve uma breve discussão paralela neste momento, sendo que os presentes representantes da pesca e de moradores destas comunidades, demonstraram satisfação e apoio a esta Condicionante uma vez que se trata de uma forma de compensação aqueles que tiveram os primeiros impactos já no local de construção da CNAAA. O Presidente propôs então passar ao terceiro Informe.

Adriana Gomes, Analista Ambiental da ESEC Tamoios, iniciou o terceiro informe colocando em tela imagens de placas insulares e continentais, desde as confeccionadas em 2008 e colocadas em dezembro de 2010 até as mais atuais. Contextualizou aos presentes desta Atividade estar contemplada no Plano de Manejo (2006) no Programa de Operacionalização e juntamente com as bóias de sinalização, compõe importante ação para consolidação territorial e informação aos usuários da BIG. Lembrou que a colocação de bóias (sinalização) no mar ainda depende de reuniões entre o ICMBio, Marinha do Brasil e Ministério Público federal. Destacou que todas as placas confeccionadas são frutos de Condicionantes nos processos de licenciamento estadual junto ao INEA e federal junto ao IBAMA, dando como exemplo as recentes placas confeccionadas e colocadas nas ilhas pela BRASfels. Mostrou em tela que as placas foram instaladas de forma improvisada e em áreas de alcance da maré, inclusive com algumas já tombadas. Mostrou também que as placas colocadas na semana passada pela Transpetro podem ser exemplificadas como da forma correta de instalação nas ilhas, lembrando que a empresa entrou em contato com a ESEC antes de executar os serviços e teve a orientação necessária.

Neste momento o representante da Capitania dos Portos solicitou a palavra, pois deveria se ausentar para outro compromisso. Apresentou em tela a organização do exercício de emergência a ser realizado de 10 a 12 de setembro próximo, em função das usinas nucleares. Informou de que este exercício é de extrema importância para população da região, pois se trata do treinamento das instituições envolvidas num provável cenário de emergência por problemas com as usinas. Estão previstas ações na rodovia e na área marinha, inclusive com embarcações de grande porte na área da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

Praia Vermelha. Chamou a atenção de todos para participação no exercício. O Conselho solicitou mais algumas informações sobre o exercício e a representante da Eletronuclear não acrescentou maiores detalhes.

Adriana continuou os Informes, atualizando o Conselho sobre as atividades de pesca industrial em áreas da Unidade de Conservação, utilizando-se da ferramenta PREPS (Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações por Satélite). Mostrou em tela uma Tabela (**Anexo III**) com as embarcações autuadas por estarem pescando em áreas da estação ecológica, exemplificando com mapas do Sistema. Nestes se podem identificar cada embarcação, seu proprietário e a licença de pesca. Destacou o trabalho feito conjuntamente com a Analista Ambiental Graziela Barros e que como as Operações de Fiscalização propostas pela Unidade não foram autorizadas pela Coordenação Geral de Proteção e a única lancha em operação da Unidade é de 19' e não têm condições de fazer este tipo de serviço, este tem sido a única forma de atuação para minimizar as ações de pesca predatória em áreas da UC. Neste momento, o representante da Secretaria de pesca de Angra dos Reis, José Augusto Morelli, solicitou a palavra para algumas informações sobre o PREPS e a atuação da Unidade nesta área de pesca industrial. Informou que esta frota é apenas de 10% do total e que as pequenas embarcações juntas causam um grande problema. Sugeriu que a equipe da ESEC Tamoios não utilize o PREPS como instrumento de fiscalização por que este é apenas uma ferramenta de monitoramento. Que os autos lavrados recentemente pela equipe são devidos a impossibilidade de atuação das equipes de fiscalização no mar. O PREPS isoladamente, enfraquece juridicamente os Autos, pois estes precisam estar muito sólidos sobre três elementos: Tipificação da Infração, Materialidade e Autoria. Citou como exemplo um barco de pesca de Angra dos Reis que foi autuado e que facilmente, segundo o representante da Sub-Secretaria, poderia recorrer alegando que o Sistema apenas indica que está sendo praticado pesca em determinada área de exclusão, ou seja, é apenas suspeita do ato. A autuação que tipifica a pesca ilegal sem estar presente, sem produto e sem autoria enfraquece o auto de Infração. Graziela discordou do posicionamento do representante da Secretaria de Pesca, alegando que a Portaria que cria o PREPS garante este tipo de autuação e que o ICMBio tem Instrução Normativa para uso do PREPS e que está sendo seguida. Destacou que a tipificação do ato de pesca ilegal é fato claro no Sistema, que a autoria está expressa com o nome do proprietário da embarcação e que a dosimetria (o valor das multas) tem sido realmente fator de discussão, mas que não invalida o ato fiscalizatório. Neste momento, formaram-se conversas paralelas, com manifestação do representante da Colônia Z18 (Paraty) de que pelo menos é uma forma da ESEC proteger estas áreas onde estão os pescadores artesanais, que são aqueles que sempre sofreram a fiscalização. O Chefe da ESEC Tamoios manifestou-se de que esta é uma estratégia de promover o uso desta ferramenta e que a ESEC mais uma vez vem trazendo este tipo de discussão de passivos, como exemplo a discussão das cartas náuticas e sinalização náutica, com a Marinha do Brasil, das questões ambientais relacionadas ao funcionamento e impactos ambientais das usinas nucleares e da bioinvasão com as duas espécies de coral sol.

Dando prosseguimento a Agenda, Sylvia Chada fez um informe sobre o processo em curso de construção do Termo de Compromisso com os pescadores de Tarituba. Fez um rápido histórico do processo desde o seu início, em abril de 2012, na Câmara Temática de Aquicultura e Pesca. Foi questionada pelo representante da Subsecretaria de Pesca de Angra dos Reis dos motivos de se trabalhar o acordo somente com a comunidade de Tarituba. Sylvia explicou que a comunidade de Tarituba é menor e mais tipificada como pesca artesanal e que Mambucaba, inicialmente prevista também para construção do TC, tem características mais diversificadas, é muito maior, envolvendo o Perequê e também a Vila Histórica, devendo ficar para um segundo momento. Falou sobre a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

temporalidade do TC e que as opções definitivas para resolver as questões de sobreposição das áreas de pesca artesanal com a área da estação ecológica passam por três opções: indenização aos pescadores por restrição a sua atividade, alteração dos limites da Unidade de Conservação ou recategorização da mesma. Sylvia destaca que o Termo de Compromisso não é definitivo, mas pode contribuir para o amadurecimento das relações e de propostas que caminhem para soluções definitivas. Utilizando de informações visuais por meio do *Flip Chart*, lembrou do objetivo superior deste processo, que é o fortalecimento dos laços de confiança entre os pescadores da comunidade e a ESEC Tamoios. Ressaltou a importância das parcerias para a realização dos trabalhos, como por exemplo, o cadastramento dos pescadores feito em parceria com a FIPERJ na comunidade de Tarituba. Sylvia relatou de que no dia anterior à reunião do Conselho, houve na ESEC reunião do Grupo de Trabalho da Câmara Temática de Pesca e Aquicultura, com representantes da comunidade de Tarituba, da FIPERJ, da Colônia Z-18, APEPAD e UNICAMP. Que os últimos pontos de discussão, relativos à definição da área, do tipo de embarcação, das artes de pesca e de quem assinaria o Termo, foram encaminhados pelo GT, que fechou uma minuta a ser apresentada ao conselho da ESEC. Decidiu-se que os beneficiários assinariam os termos diretamente com o Presidente do ICMBio, uma vez que a Colônia Z18 se manifestou apoiando a individualidade dos Termos. Sylvia destacou a importância da manifestação de apoio ao termo de compromisso por todo o setor pesqueiro junto à direção do ICMBio, que receberá o processo após a aprovação da minuta do TC pelo conselho da unidade. O representante da APEPAD (Perequê) falou de que é importante realizar este trabalho em Mambucaba e que assim os pescadores poderiam ver a ESEC de outra forma. O representante da Ilha do Araújo também falou da expectativa de levar esta experiência para aquela área que tem na área marinha da ilha Palmas interesse conflitivo com a estação ecológica. O chefe da ESEC lembrou de que na ALA das usinas nucleares emitida pelo ICMBio, existe pela primeira vez uma Condicionante que leva em conta o fomento pela empresa a projetos de pesca sustentável e de maricultura nas duas comunidades circunvizinhas a CNAAA. Finalizando, a Analista Ambiental da Unidade lembrou que é necessária uma apresentação da minuta do TC ao Conselho e depois de uma breve discussão, apontou-se para o dia 15 de outubro (3^a), na forma de Reunião Extraordinária do Conselho.

Aproveitando a discussão, o palestrante do dia e presidente da Associação de Maricultores da Baía da Ilha Grande (AMBIG), Sr. Kasuo Tomaka, fez referência a importância de uma fiscalização para conter os barcos industriais em áreas protegidas. Iniciou lembrando o histórico da maricultura na região, do representante do INEA (Júlio Avelar) como um dos precursores da atividade na BIG. Destacou a especificidade ambiental da BIG e sua aptidão para maricultura, tanto como local abrigado como pela temperatura e produtividade de suas águas. Apresentou em tela os tipos principais de maricultura na região: Malacultura (mexilhões, ostras e vieiras) – com destaque a importância da espécie nativa de vieira e um produto típico da BIG, com valor agregado pelo sabor e aparência do produto; Piscicultura – com destaque a criação de bijupirá, espécie que se adapta bem ao cultivo na região e com crescimento elevado, com excelente valor de mercado, além da garoupa em fase experimental e a Algicultura, cultivo de algas exóticas e que tem se ampliado na BIG. Exemplificou que em sua maricultura na Ilha Grande, possui um misto destas culturas e que desta forma tem um melhor ciclo de nutrientes com um melhor aproveitamento dos espaços na coluna d'água. Peixes em tanques redes na superfície, lanternas de vieiras em meia-água e no fundo a algicultura. Destacou a importância da pesquisa em reprodução de peixes para completar o ciclo, como a dependência do produtor do fornecimento das sementes de vieiras, hoje produzidas pelo IED-BIG (Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande). Lembrou a todos da importância da maricultura para região e que é uma atividade que necessita de muita dedicação. Finalizou falando de sua visita a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

Colômbia, Cartagena, onde em uma Reserva Biológica marinha e insular, se desenvolve pesquisa e produção em maricultura, como também é uma das grandes atrações aos visitantes.

Finalizando, o Presidente do Conselho agradeceu a todos pela presença. A reunião encerrou às 17:10.

Assina esta ata, Régis Pinto de Lima, Presidente do Conselho Consultivo da ESEC Tamoios/ICMBio.

Paraty/RJ, 27 de agosto de 2013.

Régis Pinto de Lima - Presidente

Anexo I

<i>Recursos de Compensação Ambiental</i>			
FONTE	R\$	PROJETO	Situação
Sistema de Produção de Gás e Condensado no Campo de Mexilhão - SPGC	2.000.000,00	Regularização Fundiária	Destinada
Sistema de Produção de Gás e Condensado no Campo de Mexilhão - SPGC	350.000,00	Pesquisa	Destinada
UTN/Angra III	1.384.000,00	Regularização Fundiária	Destinada
UTN/Angra III	150.000,00	Plano de Manejo	Destinada
Teste de Longa Duração e Desenvolvimento da Produção de Waimea - TLDDP	5.997.121,37	_____	Elencada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
 ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

Anexo II

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE		
AUTORIZAÇÃO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL - ALA		
Autorização nº 06/2013		Processo nº 02070.001820/2012-62
<p>O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com base no art. 36, §3º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e na Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010, seguindo os trâmites da Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes de nº 05/2009 e uma vez atendidas as limitações e/ou restrições abaixo listadas, AUTORIZA o licenciamento ambiental da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto das unidades Usinas de Angra 1, 2 e 3; Prédio de Monitoração da Central de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos (CGR); Depósitos Intermediários de Rejeitos Radioativos 1, 2A, 2B e 3 da CGR; Depósito Inicial dos Geradores de Vapor da CGR e Torres Meteorológicas D, E1 e E2, no que diz respeito aos impactos ambientais sobre as unidades de conservação federais afetadas.</p>		
<p>Unidades de Conservação afetadas: Estação Ecológica de Tamoios (Decreto nº 98.864 de 23 de janeiro de 1990); Parque Nacional da Serra da Bocaina (Decreto nº 68.172 de 04 de fevereiro de 1971).</p>		
<p>Empreendimento: Complexo Nuclear da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA</p>		
<p>Órgão Licenciador: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA</p>		
<p>Empreendedor: Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear</p>		<p>CNPJ: 42.540.211/0002-48</p>
<p>1. Condições Gerais:</p> <p>1.1. Esta Autorização não dispensa outras Autorizações e Licenças Federais, Estaduais e Municipais, porventura exigíveis no processo de licenciamento ambiental.</p> <p>1.2. Mediante decisão motivada, o Instituto Chico Mendes poderá alterar as condições, as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta autorização, caso ocorra:</p> <p>a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;</p> <p>b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da presente autorização, e</p> <p>c) Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.</p> <p>1.3. O Instituto Chico Mendes deverá ser imediatamente comunicado em caso de ocorrência de acidentes que possam afetar as unidades de conservação citadas nesta Autorização:</p> <p>1.4. Encaminhar ao Instituto Chico Mendes todas as licenças ambientais para a atividade, assim que forem emitidas, bem como os planos e programas ambientais relacionados aos impactos sobre as unidades de conservação aqui citadas.</p> <p>1.5. O não cumprimento das disposições neste documento poderá acarretar seu cancelamento, estando ainda o solicitante sujeito às penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.</p> <p>1.6. Os prazos estabelecidos nas condições específicas, item 2, deverão ser considerados a partir da emissão desta Autorização.</p>		




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

- 2. Condições Específicas:**
- 2.1. Apresentar, em até 180 dias após a emissão da Licença, Projeto detalhado de Realocação dos Núcleos de Invasão e Expansão urbana identificados na Área de Influência Direta (de 15km) do empreendimento no Parque Nacional da Serra da Bocaina.
 - 2.2. Apresentar, em até 180 dias após a emissão da Licença, o detalhamento do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, a ser implementado posteriormente à desocupação dos núcleos de invasão e expansão urbana identificados na Área de Influência Direta (de 15km) no Parque Nacional da Serra da Bocaina.
 - 2.3. Apresentar, em até 180 dias após a emissão da Licença, Programa de Comunicação e de Sinalização para o Parque Nacional da Serra da Bocaina e Estação Ecológica de Tamoios circunscritos à Área de Influência Direta (15km) do empreendimento, em consonância com as orientações e as normas vigentes deste Instituto.
 - 2.4. Apresentar, em até 180 dias após a emissão da Licença, medidas efetivas de controle dos acessos ao interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina e da Estação Ecológica de Tamoios, circunscritas à Área de Influência Direta (15km) do empreendimento.
 - 2.5. Apresentar, em até 365 dias após a emissão da Licença, Sistema de Informações Geográficas – SIG, para toda a área do Parque Nacional da Serra da Bocaina, desde o período anterior a implantação do empreendimento, em conformidade com as orientações deste ICMBio, prevendo ainda, cronograma de implementação, inserção dos dados e atualização do SIG.
 - 2.6. Apresentar, em até 180 dias após a emissão da Licença, Programa de Monitoramento da Biodiversidade no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina, circunscrito à Área de Influência Direta do empreendimento.
 - 2.7. Apresentar, em até 180 dias após a emissão da Licença, Programa de Erradicação de Espécies Exóticas e Invasoras identificadas na Área de Influência Direta do empreendimento no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina.
 - 2.8. Apresentar, em até 365 dias após a emissão da Licença, novo Programa Integrado de Monitoramento Ambiental para todo o Complexo Nuclear e Área de Influência Direta marinha (15km), com base em termo de referência a ser encaminhado, pela Estação Ecológica de Tamoios.
 - 2.9. Apresentar, em até 60 dias após a emissão da Licença, proposta de Seminário Científico a ser realizado com especialistas, para avaliação do Programa Integrado de Monitoramento Ambiental vigente, com duração, formato e participantes definidos conjuntamente pela Eletronuclear, Ibama e Estação Ecológica de Tamoios, visando orientar o novo programa a ser elaborado.
 - 2.10. Encaminhar à Estação Ecológica de Tamoios, relatórios trimestrais referentes ao Programa Integrado de Monitoramento Ambiental.
 - 2.11. Viabilizar a execução de projeto a ser apresentado pela Estação Ecológica de Tamoios, em parceria com Ministério da Pesca e Aquicultura e Fundação de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), relativo às alternativas de pesca e maricultura sustentáveis, envolvendo as comunidades Mambucaba/Angra dos Reis e Tarituba/Paraty, localizadas junto a CNAAA.
 - 2.12. Remover, em até 120 dias após a emissão da Licença, as duas edificações existentes no local de instalação das torres E1 e E2, bem como qualquer tipo de entulho oriundo delas, podendo manter uma delas, caso necessário, sob justificativa, desde que a estrutura passe por reforma e manutenção periódica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

<p>2.13. Remover, em até 60 dias após a emissão da Licença, as ferragens da antiga torre, resíduos, garrafas “pet” e sacos de brita abandonados no local da instalação das torres E1 e E2 e na trilha ao alto do morro de Itaorna.</p> <p>2.14. Não suprimir vegetação arbórea para a realização das obras de melhoria e manutenção da estrada e da trilha de acesso ao alto do morro de Itaorna, local de instalação das torres E1 e E2.</p> <p>2.15. Instalar, em até 180 dias após a emissão da Licença, grade de proteção em todas as tomadas d’água das Usinas de Angra 2 e Angra 3, nos moldes da grade instalada experimentalmente em uma das tomada d’água da Usina de Angra 2.</p> <p>2.16. Instalar, em até 180 dias após a emissão da Licença, câmeras de vigilância subaquáticas próximas às grades de proteção para monitoramento do possível aprisionamento das tartarugas marinhas.</p> <p>2.17. Dar continuidade ao Programa de Monitoramento de Ocorrência de Tartarugas Marinhas na Área de Influência das Usinas Nucleares de Angra dos Reis – Projeto Promontar Angra, com entrega de relatórios mensais ao ICMBio.</p>	<p>Brasília, 11 de julho de 2013.</p> <p style="text-align: right;">  ROBERTO RICARDO VIZENTIN Presidente </p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Anexo III

Autos de Infrção emitidos pelo PREPS pela ESEC Tamoios				
Registro	Nº Auto	Embarcação	Data	Valor da Multa
1	012179/A	Ferreira XXV	2/5/2013	357.940,00
2	012182/A	Katsushio Maru 5	2/5/2013	59.500,00
3	012183/A	Katsushio Maru 8	2/5/2013	59.500,00
4	012177/A	Star Fish I	2/5/2013	195.140,00
5	012184/A	João Júnior IV	15/5/2013	181.000,00
6	012185/A	Ricardo Henrique II	15/5/2013	183.100,00
7	036199/A	Radar do Mar	22/5/2013	4.000,00
8	036200/A	Ricardo Henrique I	22/5/2013	8.000,00
9	030281/A	Ferreira XXV	27/5/2013	357.940,00
10	030282/A	Sinal da Cruz	5/6/2013	357.520,00
11	030285/A	Graça e Luz	28/6/2013	24.220,00
12	012186/A	Carlos Alberto III	12/8/2013	23.520,00
13	012181/A	Adolfo José	02/05/013	201.160,00
14	012178/A	Ferreira XXV	02/05/013	50.000,00
15	012180/A	Ferreira XXVIII	02/05/013	104.800,00
			R\$ 2.157.340,00	